

concurral aberto por aviso n.º 2619/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38 de 22 de fevereiro de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 1 de março de 2016, com a trabalhadora Filipa Cristina Paulino Soares, para o preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Médio Tejo, com a remuneração base definida nos termos do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, correspondente a 1 201,48€.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexo da Lei n.º 35/2014 de 20/6, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Elisa Camilo da Silva Vicente, Enfermeira Chefe.
1.º Vogal Efetivo: Nélia Maria Freire Rodrigues Costa, Enfermeira Chefe

2.º Vogal Efetivo: Nélia margarida Passarinho Lourenço, Enfermeira Graduada

1.º Vogal Suplente: Fernando Manuel Rainho Silva, Enfermeiro Graduado

2.º Vogal Suplente: Regina Barbara Almeida Catroga, Enfermeira Graduada.

O período experimental inicia-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

27 de setembro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

210025404

Aviso (extrato) n.º 14805/2016

Em cumprimento do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência de procedimento concursal aberto por aviso n.º 2619/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 38 de 22 de fevereiro de 2013, foi celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com efeitos a partir de 01 de março de 2016, com a trabalhadora Marta Gabriela Gil de Oliveira, para o preenchimento de um posto de trabalho da categoria de Enfermeiro, da carreira especial de enfermagem, do mapa de pessoal da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I. P./ACES Médio Tejo, com a remuneração base definida nos termos do Decreto-Lei n.º 122/2010, de 11 de novembro, correspondente a 1 201,48€.

Para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 46.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, anexo da Lei n.º 35/2014 de 20/6, o júri para o período experimental terá a seguinte composição:

Presidente: Maria Elisa Camilo da Silva Vicente, Enfermeira Chefe.

1.º Vogal Efetivo: João Paulo Valada Santos Campos Palrilha, Enfermeiro Chefe

2.º Vogal Efetivo: André Claudio Sinão Bras, Enfermeiro Graduado.

1.º Vogal Suplente: Luís Carlos Reis Santos, Enfermeiro Graduado

2.º Vogal Suplente: Sandra Margarida Faria Sousa, Enfermeira Graduada.

O período experimental inicia-se com a celebração do referido contrato e tem a duração de 90 dias, correspondente à duração determinada pelo disposto no n.º 1, do artigo 19.º, do Decreto-Lei n.º 248/2009, de 22 de setembro.

27 de setembro de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo da ARSLVT, I. P., *Nuno Ribeiro de Matos Venade*.

210027543

Centro Hospitalar do Oeste

Aviso (extrato) n.º 14806/2016

Para efeitos do disposto no artigo 46.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, após homologação da ata do júri constituído para o efeito, por deliberação de 07-11-2016 do Conselho de Administração deste Centro Hospitalar, torna-se público a conclusão com sucesso do período experimental, na carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, de acordo com o respetivo processo de avaliação, na sequência da celebração de

contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado da Técnica de 2.ª classe de Radiologia, Inês Raquel Sebastião Dias, com a classificação final de 17,30 valores.

17 de novembro de 2016. — A Presidente do Conselho de Administração, *Prof.ª Doutora Ana Paula de Jesus Harfouche*.

210028329

Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P.

Aviso n.º 14807/2016

Para os efeitos da alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da parte preambular da Lei n.º 35/2014 de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, torna-se público que o trabalhador Daniel José Henriques Almeida, Técnico de Ambulância de Emergência, do mapa de pessoal do Instituto Nacional de Emergência Médica, I. P., cessou, a seu pedido, o exercício de funções neste Instituto, por denúncia do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, produzindo efeitos a 10 de outubro de 2016.

15 de novembro de 2016. — O Coordenador de Gabinete de Planeamento e Desenvolvimento de Recursos Humanos, *Sérgio Silva*.

210023655

PLANEAMENTO E DAS INFRAESTRUTURAS

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

Aviso (extrato) n.º 14808/2016

Foi apresentada pela Câmara Municipal de Silves, ao abrigo do artigo 16.º, do Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional (REN), uma proposta de alteração da delimitação REN do concelho de Silves, aprovada pela Portaria n.º 164/2009, de 13 de fevereiro.

A referida proposta de alteração da delimitação da REN, incidente na área de intervenção de uma operação de loteamento integrada na zona industrial de Algoz, teve como objetivo assegurar a beneficiação das condições de acessibilidade ao referido empreendimento.

A área em causa está inserida em “Espaços industriais”, de acordo com a Planta de Ordenamento do Plano Diretor Municipal de Silves e é atravessada por uma pequena linha de água com escoamento temporário, classificada como “Zonas Ameaçadas pelas Cheias”.

A compatibilidade da proposta com os critérios constantes do Regime Jurídico da REN e com as orientações estratégicas de âmbito nacional e regional, foi apreciada em sede de conferência de serviços, no dia 16 de junho de 2016, pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve e pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P./Administração da Região Hidrográfica do Algarve.

Os pareceres favoráveis transmitidos pelos representantes de ambas as entidades intervenientes na conferência de serviços fundamentaram o parecer emitido ao abrigo do disposto no n.º 3, do artigo 11.º, do Regime Jurídico da REN, e a posição final favorável da CCDR do Algarve nele constante, convertendo-se em aprovação definitiva da proposta de alteração da delimitação da REN em Vales de Algoz, Silves, conforme dispõe o n.º 5, do artigo 11.º, do referido regime jurídico.

Assim:

Considerando o disposto no Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto, na sua redação atual, torna-se público o seguinte:

1 — Foi aprovada a alteração da delimitação da REN em Vales de Algoz, concelho de Silves, com a área a excluir e respetiva tabela de pontos georreferenciados representados na planta que constitui o Anexo I do presente aviso, bem como a fundamentação da exclusão, descrita em tabela, que integra o Anexo II.

2 — O respetivo processo administrativo poderá ser consultado na CCDR do Algarve e a referida planta, o quadro de exclusões, bem como a memória descritiva, podem ser acedidos via internet na página da CCDR do Algarve, elementos que também serão disponibilizados no sítio da internet da Câmara Municipal de Silves e no Sistema Nacional de Informação Territorial (SNIT) da Direção-Geral do Território.

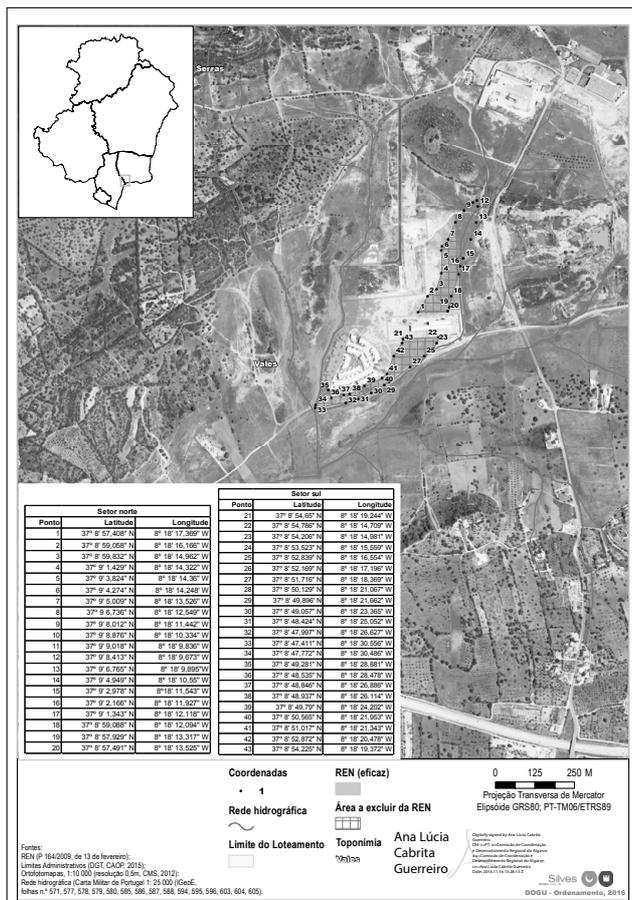
27 de setembro de 2016. — A Diretora de Serviços de Comunicação, Gestão Administrativa e Financeira, *Ana Lúcia Guerreiro*.

ANEXO II

Justificação da área a excluir da REN do município de Silves, em Vales de Algoz

Área a excluir para satisfação das necessidades económicas — operacionalização de loteamento

Área (m ²)	Tipologia da REN	Fim a que se destina	Síntese da fundamentação	Uso atual	Uso proposto
40 347,8	“Zonas ameaçadas pelas cheias”.	Operacionalização de loteamento e ligação à rede viária principal.	Exclusão da REN para instalação de plataforma logística e respetiva ligação à rede viária principal — EM 526-1, na concretização de loteamento industrial.	Inculto, com terras mobilizadas.	Concretização de loteamento para logística/comércio/indústria.



2 — Nos termos do n.º 5 do artigo 19.º da referida Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, é publicada em anexo a nota curricular do designado.

3 — A designação para o cargo produz efeitos na presente data.

16 de novembro de 2016. — A Secretária de Estado do Turismo, Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho.

ANEXO

Nota Curricular

Dados pessoais:

Nome: Carlos Manuel Sales Abade

Ano de nascimento: 1968

Formação Académica:

Licenciado em Direito pela Universidade Internacional de Lisboa (1991); ação de formação em Avaliação de Empresas e Análise de Investimentos pela Universidade Católica de Lisboa e em Financiamento de Projetos pelo Institut Universitaire de Hautes Etudes Internationales de MonteCarlo.

Experiência Profissional:

Desde 19 de fevereiro de 2016, Vogal do Conselho Diretivo do Turismo de Portugal, I. P., em regime de substituição; desde junho de 2016, Presidente do Conselho Estratégico da Turismo Fundos SGFII, S. A. e membro do Conselho Geral e de Supervisão da Portugal Capital Ventures, S. A.; de 2007 a 18 de fevereiro de 2016, Diretor Coordenador da Direção de Investimento do Turismo de Portugal, I. P.; desde maio de 2014, Vice-Presidente do Conselho Geral do FIAE — Fundo Imobiliário Especial de Apoio às Empresas; desde maio de 2012, membro das Comissões de Acompanhamento dos Programas Operacionais no âmbito da Agenda Fatores de Competitividade do QREN e, atualmente, do Portugal 2020; desde março de 2012, Vogal do Conselho de Administração da ENATUR — Empresa Nacional de Turismo, S. A.; de janeiro a março de 2012, membro do grupo de trabalho criado pelo Despacho n.º 497/2012, da Senhora Secretária de Estado do Turismo, publicado na 2.ª série do *Diário da República* de 26 de janeiro, que teve por missão a apresentação de uma proposta de modelo de atuação em matéria de apoio financeiro às empresas do setor do turismo; desde janeiro de 2012, Vogal do Conselho de Administração da SPGM — Sociedade de Investimentos, S. A., Vogal do Conselho de Administração da Turismo Fundos, SGFII, S. A. e Presidente do Comité de Análise e Acompanhamento do Fundo Inovação FCR Turismo; desde dezembro de 2011, presidente do Comité Especializado de Investimentos do Fundo de Investimento Imobiliário Turístico II e membro do Conselho Geral e do Conselho Consultivo do FINOVA; de 2007 a 2012, vogal do Conselho de Crédito do Turismo de Portugal, I. P.; de 2006 a 2007, Diretor-Adjunto, responsável pela área do acompanhamento contratual do Turismo de Portugal, I. P.; de 2000 a 2005, Diretor-Adjunto do Departamento de Análise e Acompanhamento do Investimento do Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo; de 1996 a 2000, Jurista do Gabinete Jurídico do Fundo de Turismo; de 1994 a 2007, Advogado; de 1987 a 1996, Ajudante de Despachante Oficial.

210026425

ECONOMIA

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 14175/2016

Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, e na sequência do procedimento concursal n.º 695_CRESAP_50_07/16 realizado pela Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública (CRE SAP) para recrutamento e seleção de titular para o cargo de vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Turismo de Portugal, I. P., a que se refere o Aviso (extrato) n.º 11024/2016, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 171, de 6 de setembro de 2016, no âmbito do qual foram propostos para designação três candidatos, entre os quais o Licenciado Carlos Manuel Sales Abade:

1 — Designo, em regime de comissão de serviço, por um período de cinco anos, renovável por igual período, o Licenciado Carlos Manuel Sales Abade para exercer o cargo de Vogal do Conselho Diretivo do Instituto do Turismo de Portugal, I. P.

210024424